

A «Segunda República» portuguesa numa perspectiva histórica*

Tem este texto um estatuto muito especial, que convém explicitar a fim de solicitar a indulgência do leitor. Trata-se de uma conferência feita a pedido dos organizadores do seminário sobre «Política da Europa Ocidental», realizado conjuntamente pelo Nuffield College de Oxford e pelo Department of Government da London School of Economics and Political Science em Março de 1981. Tem, pois, o texto o estatuto de uma comunicação oral apresentada a um público estrangeiro relativamente pouco familiarizado com a problemática portuguesa. Assim, pouco se elevará acima do ensaísmo jornalístico e coloquial. Pensou-se, no entanto, que valeria a pena divulgar o texto junto do público português, na esperança de contribuir para superar, simultaneamente, a perspectiva de curtíssimo prazo de que em geral enferma o nosso jornalismo político e a perspectiva decadentista de longuíssimo prazo de que enfermam, pelo seu lado, as análises políticas feitas por historiadores amadores. É possível ainda que o texto se ressinta de ter sido retraduzido do inglês para o português.

É mais difícil do que parece a tarefa que me pediram de situar o presente regime político português numa perspectiva histórica. E a razão é dupla. Por um lado, a investigação sobre a história política de Portugal contemporâneo está ainda nos seus inícios. Faltam-nos também dados seguros sobre as estruturas sociais e económicas do País ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, o que torna difícil apreciar plenamente as mudanças que possam ter ocorrido nos tempos mais recentes, particularmente as mudanças devidas à revolução do 25 de Abril e ao período que se lhe seguiu.

Por outro lado, todas as questões que rodeiam a Segunda República portuguesa, iniciada há menos de sete anos, estão ainda contaminadas, por assim dizer, por fortes sentimentos ideológicos. Isto não torna fácil para o observador — e muito em especial o observador português — lidar objectivamente com as mudanças que a institucionalização da democracia provocou. Apesar da sua natureza altamente controversa, não posso, no entanto, fugir às principais questões políticas levantadas no País desde 1974. Todavia, tentarei, ao mesmo tempo, relacioná-las com as transformações mais amplas ocorridas na evolução histórica de Portugal durante o século xx.

* Por «Segunda República» entendo, segundo sugestão dos meus anfitriões estrangeiros, o regime saído da revolução de Abril de 1974. Aproveito para agradecer a David Goldey e Howard Machin o convite que me fizeram e a oportunidade que me deram de discutir estas reflexões. Posteriormente tive ocasião de voltar a discutir o *paper*, a convite de Adrian Lyttelton, no Centro de Bolonha da Johns Hopkins University, em Outubro de 1982.

Globalmente, estes constrangimentos lançam algumas sombras sobre o carácter científico das afirmações que eu possa fazer nesta palestra. Contudo, a linha principal da minha argumentação será clara: a meu ver, o golpe militar de 25 de Abril de 1974, numa perspectiva histórica, insere-se como uma espécie de «acelerador» num processo prolongado de liberalização e modernização que vinha ocorrendo no País, apesar de e contra a rigidez do sistema político autoritário, bem como do protec-tionismo e passadismo económicos da estrutura corporativa. Mais: o golpe contribuiu para trazer à luz do dia algumas tendências e tradições liberais que haviam operado na sociedade portuguesa antes do advento do regime autoritário, em 1926, e que haviam conseguido sobreviver durante a ditadura.

Por outras palavras, a minha linha de argumentação é a de que a consolidação da democracia em Portugal, no que respeita às suas causas internas de longo prazo, se deve essencialmente a duas tendências convergentes: primeiro, uma tradição liberal há muito estabelecida no seio do estrato a que podemos dar o nome, para simplificar, de classes médias tradicionais, incluindo as suas ligações com segmentos da classe economicamente dominante; segundo, as aspirações ascendentes e as expectativas de uma «nova classe média» que vinha lutando pela sua subida na escala social desde, digamos, meados dos anos 60. Na verdade, pode dizer-se que a própria composição social dos autores do golpe militar reflecte de várias maneiras estas tendências convergentes no seio das classes médias — tradicional e moderna.

OS ANTECEDENTES SOCIAIS E ECONÓMICOS

É certo, todavia, que era preciso mais do que aquela convergência entre camadas sociais médias para que o golpe tivesse êxito e pudesse abrir caminho a uma democratização genuína. Numa perspectiva histórica, porém, os ingredientes sociais e económicos exigidos pelo êxito das tendências liberalizantes que operavam no seio das classes médias, dentro das quais se movem os militares, podem ser colocados na categoria de factores de curto prazo: determinantes para o êxito imediato do golpe, mas conjunturais no que respeita à institucionalização do regime democrático. Estou a pensar, antes de mais, em termos de forças sociais, nos dirigentes económicos e nas secções militantes da classe operária.

Quanto às últimas, o seu interesse na democratização era, por assim dizer, óbvio: os seus protestos e reivindicações haviam sido recusados e até reprimidos pelo regime autoritário. Embora, nos últimos tempos da ditadura, a situação do mercado do trabalho, devido essencialmente à emigração maciça, tivesse começado a alterar-se em sentido favorável à classe operária, não deixa de ser verdade que a ditadura portuguesa, diversamente de regimes autoritários de tipo populista, nunca fizera aberturas sérias em direcção aos trabalhadores organizados. Consequentemente, a democracia ainda era em 1974 um quadro necessário para as classes trabalhadoras se organizarem e avançarem legalmente com as suas reivindicações.

Pode-se acrescentar que a imediata tomada dos sindicatos corporativos por representantes das classes trabalhadoras e, mais tarde, a consolidação dos novos sindicatos sob direcções eleitas — geralmente pró-

-comunistas no que respeita aos sindicatos operários (*blue-collars*), mas frequentemente não comunistas e até anticomunistas no que diz respeito aos sindicatos de empregados (*white-collars*) — reflectem, por elas próprias, a força relativa da «sociedade civil» e a capacidade desta para reemergir assim que os principais aparelhos repressivos da ditadura foram removidos pelo golpe militar. Convém acrescentar, ainda, que nem sempre os novos sindicatos souberam ou quiseram romper com a estrutura vertical herdada do regime autoritário, permitindo que este determinasse, nesta como em outras áreas da chamada «sociedade civil», as formas organizativas do regime democrático.

Quanto aos grupos dominantes da vida económica, tivemos no início da Revolução muitos indícios da sua disposição para cooperar com o novo regime. Com efeito, no que respeita, pelo menos, a alguns dos maiores grupos económicos — tais como o *holding* financeiro e industrial da CUF —, sabia-se há anos que uma mudança do proteccionismo e do colonialismo para o capitalismo competitivo e a integração europeia era favoravelmente encarada. Temos também provas de que a grande indústria, em particular, começava a achar cada vez menos eficazes os mecanismos corporativos de controlo da força de trabalho. Para dar apenas um exemplo, no seu Relatório de Contas e Gerência para 1973, o conselho de administração da Siderurgia Nacional (grupo Champalimaud — segundo da hierarquia económica portuguesa, a seguir à CUF) pedia explicitamente a liberalização de tais controlos.

Durante os anos 60 e inícios dos anos 70 podia-se fazer uma distinção relativamente clara entre, por assim dizer, duas fracções do grande capital português: uma fracção progressiva e uma fracção conservadora. Embora tais fracções se sobrepusessem e sofressem alterações conforme as conjunturas, a distinção parece-me útil. Acabei de mencionar há instantes exemplos das tendências progressivas no seio do grande capital português. Quanto à fracção conservadora, que parecia ter relações mais fracas com o crescimento industrial recente, pode ser descrita como dependendo principalmente das colónias. Neste sentido, poucas dúvidas há de que, de um ponto de vista histórico, o golpe de 1974 representou o colapso virtual das bases em que se apoiava a fracção mais conservadora do capitalismo português.

A investigação mais recente mostrou, aliás, que a contribuição das colónias para o notável crescimento económico dos anos 60 — quer sob a forma de matérias-primas baratas, quer sob a forma de mercado protegido para as mercadorias portuguesas — viera diminuindo consideravelmente. Por outras palavras, e sempre numa perspectiva histórica, o golpe de 1974 apenas acelerou tendências anteriores no que diz respeito às principais opções económicas do capitalismo português. Assisti pessoalmente a uma conferência de imprensa dada pelos principais industriais do País nos finais do Verão de 1974, durante a qual a audiência foi informada, com grande cópia de exemplos, sobre os sofrimentos dos industriais portugueses sob o corporativismo... Os porta-vozes da indústria preferiram, então, evitar falar nas várias formas de apoio que haviam recebido do Estado autoritário durante os anos 30, 40 e mesmo 50, mas parece legítimo, mesmo assim, aceitar algumas das suas queixas relativamente a fases posteriores do desenvolvimento industrial.

Em suma, tanto o capital como o trabalho pareciam estar conjuntamente de acordo, ainda no Verão de 1974, sobre as vantagens da demo-

cracia para o funcionamento da economia e a gestão dos salários e condições de trabalho. Todavia, como é sabido, esta conjuntura unanimista de meados de 1974 não durou muito. Antes, porém, de voltar ao conflito entre capital e trabalho que jaz, até certo ponto, na base da dinâmica social desenvolvida pela Revolução portuguesa durante cerca de 18 meses gostava de situar as observações anteriores numa espécie de perspectiva cronológica.

OS ANTECEDENTES POLÍTICOS

Deixai-me recuar aos acontecimentos políticos de 1958 — ano em que o general Humberto Delgado rompeu com o regime ditatorial e se candidatou à presidência da República ao chegar o termo do mandato do presidente Craveiro Lopes. É preciso notar que, por esta altura, a ditadura perdera já muitos dos seus traços fascistas dos anos 30 e 40. O simples facto de realizar uma eleição, embora controlada e manipulada, constituía indicação da nova fachada que o regime fora forçado a adoptar depois da segunda guerra mundial, no seguimento da derrota do Eixo nazi-fascista.

A campanha do general Delgado, apesar do apoio popular bastante maciço que obteve, apenas conseguiu abalar momentaneamente a ditadura. Comparando o fracasso de Delgado com o êxito do golpe de 1974, muitos comentadores colocam toda a ênfase no papel desempenhado pelos militares. Pessoalmente, não o farei, pois creio que, em Portugal, os próprios militares levantam problema, isto é, carecem de ser explicados exogenamente. Por outras palavras, não vejo os militares como a última instância da mudança social, antes pelo contrário: é a mudança social que deve explicar, embora através de formas mediatizadas, as novas atitudes dos militares. Nesta perspectiva, a principal diferença entre os acontecimentos de 1958, que se prolongaram até 1962, e os acontecimentos de 1974 reside na falta de apoio a Delgado por parte de segmentos significativos do grande capital, por um lado, e na virtual inexistência, então, dessas classes médias, cujas expectativas de prosperidade se tornaram mais tarde um ingrediente da liberalização, por outro lado.

O movimento de 1958-62, apesar da mobilização maciça das classes trabalhadoras sob a liderança da velha classe média liberal, permaneceu isolado dos grandes interesses económicos, assim como do campesinato do Norte e Centro do País. Ficou confinado aos limites de um movimento urbano-popular, numa época em que a urbanização mal começava a sair da prolongada estagnação dos anos 30 e 40. Este carácter de movimento popular urbano do «delgadismo» convém ser recordado para percebermos o que se irá passar em 1974-75, em diferentes condições de liberdade de acção, mas resultando em arranjos e alianças de classes similares aos de 1958-62.

Como ia dizendo, o regime autoritário conseguiu absorver a pressão de 1958-62, ao mesmo tempo que se lançava numa guerra prolongada nas colónias africanas. O ano de 1962 parece ter sido o da viragem: o regime foi forçado a abrir a economia ao exterior e a procurar o investimento estrangeiro, que aliás nunca abundou e continua a não abundar; recomeça também nos inícios dos anos 60 a emigração rural maciça, o que constituiu de algum modo um «voto com os pés» contra o regime; além

disso, a emigração alterou também substancialmente as anteriores condições do mercado do trabalho, que haviam fornecido a base para o controlo corporativo da força laboral; uma prosperidade até então desconhecida principiou a despertar as expectativas de camadas sociais modestas; sinais de inflação — anátema que eram para Salazar — começaram no entanto a ser perceptíveis antes do fim da década; fluxos de divisas correram, através dos emigrantes e dos turistas, para dentro do País, equilibrando o défice da balança comercial e contribuindo para crescentes *superavits* da balança de pagamentos; o sistema escolar expandiu-se e a própria vida cultural rompeu com o gueto do fascismo/antifascismo em que se encontrava desde o advento do neo-realismo como movimento político-intelectual nas vésperas da segunda guerra mundial.

Por volta de 1968, quando o velho ditador teve de abandonar o poder, a maior parte dos controlos que ele havia instalado durante as décadas anteriores tinham perdido muita da sua eficácia e, em certos casos, qualquer utilidade. Excepto no que respeita ao aparelho repressivo, em finais dos anos 60 a inteira arquitectura do autoritarismo havia-se tornado inadequada às alterações verificadas na sociedade. Quando Marcelo Caetano subiu ao poder, a via estava aberta para uma «liberalização pelo topo». Retrospectivamente, pode-se argumentar que só a intratável questão colonial impediu Caetano de prosseguir as suas «reformas liberais». Como se disse acima, alguns dos maiores grupos económicos estavam preparados, ou julgavam estar, para apoiar estas tendências, tanto ao nível externo como ao nível doméstico, ou seja, tanto na área da concorrência internacional como na área das relações de trabalho internas.

É certo que o movimento operário — fundamentalmente sob a liderança comunista clandestina, juntamente com o apoio do chamado «sector católico progressista» — aproveitou rapidamente a abertura de 1969, mostrando tendências provavelmente mais radicais do que o quartel-general de Caetano esperaria. Todavia, continuo convencido de que as organizações de esquerda, incluindo o Partido Comunista, estavam preparadas para manter o movimento sob controlo e, na verdade, entrar, por assim dizer, no jogo de Marcelo Caetano, na medida em que a contenção das reivindicações operárias constituísse a moeda de troca (*trade off*) da liberalização política. Uma estratégia, aliás, inteiramente previsível e semelhante àquela que foi adoptada pelos partidos da esquerda em Espanha durante os primeiros anos do pós-franquismo.

Novas dificuldades na esfera económica, devidas aos inícios da recessão mundial, contribuíram sem dúvida para mitigar o entusiasmo mostrado por certos segmentos da classe empresarial em relação à liberalização. Tudo pesado e ponderado, porém, parece legítimo argumentar que foi a contradição entre a liberalização doméstica e a continuação da guerra em África que pôs em cheque os planos de Marcelo Caetano e dos seus apoiantes da altura. Apesar da óbvia inclinação dos grandes grupos económicos por formas modernas de neocolonialismo, provou-se que a negociação de uma solução política para a guerra colonial era uma medida demasiado radical para o *establishment* autoritário, essencialmente inalterado no que dizia respeito às áreas extraeconómicas e doravante unido atrás do presidente da República (A. Tomás), à maneira de um *bunker*. Mais do que uma questão de legitimação do regime, creio que o que esteve essencialmente em causa foi a rigidez dos seus princípios ideológicos matriciais.

Caetano teve então de abandonar a maior parte das suas reformas, mas damo-nos conta, retrospectivamente, de que, a partir do início dos anos 60, o regime havia de algum modo perdido o controlo da situação. A sociedade movia-se e agia de modo mais livre do que nunca até então, como se a «liberalização» houvesse ganho, ao nível da «sociedade civil», um ímpeto inesperado. Foi então, creio, que se começou a forjar uma aliança de classes informal entre a velha e a nova classe média, com o apoio mitigado (*uncommitted*) tanto do capital como do trabalho. Expressões políticas deste processo foram a ruptura da chamada «ala liberal» com o regime autoritário, bem como a fundação do Partido Socialista.

Não é exagerado dizer, retrospectivamente, que as tentativas reformistas de Caetano em 1969-70 surgem como precursoras dos presentes governos portugueses, pelo menos desde 1978 e talvez mesmo 1976. Por outras palavras, embora o processo tenha levado dez anos a consumir-se, pode hoje ver-se que as políticas básicas encaradas pelos segmentos esclarecidos das classes dirigentes no tempo de Caetano, bem como o pessoal político, foram aqueles que saíram vencedores ao cabo desta luta prolongada.

Isto significa, do mesmo passo, que o principal papel do golpe militar de 1974 foi de facto, sem surpresa, o de terminar com as guerras de África. Não estou de modo algum a pretender dizer que se trata de um aspecto secundário. A prova de que a abertura do ferrolho da guerra colonial não era um assunto trivial — fosse qual fosse a sua «inevitabilidade» no longo prazo da perspectiva histórica — reside na dinâmica social extremamente radical que o golpe militar teve de deixar desenvolver-se, sem hesitar em apoiar-se nela, a fim de desempenhar a sua tarefa específica de pôr termo a mais de quinhentos anos de história colonial.

A DINÂMICA DA REVOLUÇÃO

A minha linha de argumentação é, pois, a de que dificilmente poderíamos ter tido, em Portugal, uma coisa sem a outra, isto é, dificilmente se poderia acabar com a guerra colonial sem uma espécie qualquer de revolução doméstica. Há provas, com efeito, de que a agitação social de 1974-75, a espectacular guinada para a esquerda de toda a cena política e a consolidação da independência das antigas colónias estão profundamente inter-relacionadas. A tal ponto que, uma vez que este último objectivo foi atingido, a todo o processo revolucionário se deparou uma paragem drástica em Novembro de 1975 — quinze dias depois da independência de Angola.

Insisto em que não estou a sugerir que as alterações radicais introduzidas nas estruturas sociais e económicas do País em 1974-75 foram inteiramente artificiais. Julgo, com efeito, que foram apoiadas pelo mesmo tipo de mobilização popular urbana a que me referi anteriormente, a propósito dos acontecimentos de 1958 a 1962, mas agora numa escala muito mais ampla. O que pretendo dizer é que tal mobilização foi, sem dúvida, encorajada e, por assim dizer, instrumentalizada com vista à solução do problema colonial da forma como este foi resolvido. Tudo leva a crer, com efeito, que a súbita e radical mobilização social do Verão de 1974 foi absolutamente essencial para obter o afastamento do general

Spínola, em Setembro, enquanto passo necessário para um processo de descolonização igualmente radical.

Também se pode argumentar, como em geral a esquerda o faz, que tal movimento popular urbano foi necessário, se não funcional, à própria consolidação da democracia. Trata-se, porém, de uma afirmação muito controversa, totalmente infirmada pelos processos de democratização na Grécia e em Espanha durante o mesmo período. Acresce que também se pode argumentar, convincentemente, que a radicalização da luta política em Portugal, bem como o papel nela desempenhado pelo Partido Comunista e numerosos grupos da extrema-esquerda, puseram em certos momentos a democracia em risco, ameaçando conduzir o País a uma ditadura de esquerda ou, alternativamente, provocando uma reacção da extrema-direita. Pode dizer-se que, sem que tais perigos estejam jamais afastados, só as recentes eleições, em finais de 1980, da presente maioria parlamentar de centro-direita e do presidente Eanes puseram momentaneamente termo àquela dupla ameaça.

Retrospectivamente, parece-me possível colocar todo o processo em perspectiva, com os seus golpes e contragolpes relativamente pacíficos, e tirar a conclusão seguinte: a maior parte das reivindicações avançadas durante o período revolucionário, uma vez reduzidas às suas proporções reais pelo primeiro Governo constitucional, mostraram ser perfeitamente compatíveis com o regime democrático. Com efeito, eu iria mesmo ao ponto de sugerir que, a despeito da maneira radical — que evocava todas as revoluções europeias que Portugal não fizera, desde 1917 até 1968 — como se lutou por essas reivindicações, elas teriam sido globalmente compatíveis com a estratégia de longo prazo das classes dirigentes do País — se não fosse a rigidez (*intractability*) da questão colonial.

Por outro lado, seria enganador pensar que o movimento popular era, por assim dizer, manipulado pelos militares do 25 de Abril e pelos partidos de extrema-esquerda e que podia, portanto, ser lançado e parado à vontade. Alternativamente, ainda hoje é difícil dizer até que ponto a mobilização das forças moderadas e conservadoras do País, designadamente o campesinato do Centro e do Norte, durante o chamado Verão Quente de 1975, foi o início da tendência para pôr termo à Revolução, ou se essas forças conservadoras foram elas próprias postas em movimento por uma decisão consciente de alguns sectores militares com o apoio dos partidos moderados e de direita. A dificuldade reside em tentar medir graus de espontaneidade. Seja como for, parece difícil negar que os militares moderados teriam sido incapazes de sustentar a guinada à esquerda no topo do poder político, em 1975, se não se tivessem apoiado, por seu turno, na contramobilização de massas e na opinião pública tal como esta se exprimira na primeira eleição após a queda da ditadura (Abril de 1975).

A TRADIÇÃO LIBERAL PORTUGUESA

As eleições de 1975 e a mobilização das forças sociais moderadas conduzem-me de novo àquilo que de início descrevi, vagamente, como a tradição liberal portuguesa. Não vou ressuscitar a ideia de Croce de que o fascismo é uma espécie de parêntese desagradável na história de um país, fora disso, essencialmente liberal. Mas é importante lembrar que,

embora cinquenta anos de autoritarismo brutal não possam ser colocados na categoria de «parêntese», um período tão longo de ditadura ultraconservadora também contribuiu, entre outros males, para abolir, ou pelo menos recalcar, a memória de um século de liberalismo.

E, quando digo liberalismo, não estou a pensar apenas em termos de sistema político formal. Estou também a pensar nas forças sociais e até nos interesses económicos que apoiaram esse sistema político liberal. Em definitivo, estou a pensar num país onde — para mencionar um traço nacional bem específico — a pena de morte por crimes políticos foi abolida em 1847, a fim de pôr termo ao ciclo de revoltas e contra-revoltas que caracterizou a primeira metade do século XIX em Portugal; um país, finalmente, onde a abolição foi alargada, vinte anos mais tarde, a todos os crimes, já que a pena de morte caíra em desuso...

O episódio é tanto mais emblemático da tradição política liberal portuguesa quanto a abolição da pena de morte não brotou espontaneamente, como é bem de ver, do solo de uma sociedade profundamente tolerante, culta e economicamente desenvolvida. Com efeito, o que pretendo sugerir é exactamente o contrário, isto é, a abolição representou um acto político deliberado, visando a maximização da pacificação social. Acto este que nenhum grupo político se atreveu desde então a desafiar, mau grado alguns rumores ocasionais favoráveis ao restabelecimento da pena capital. É certo que a história recente de Portugal conheceu o assassinato político, mas, quando tal se verificou, os seus autores colocaram-se fora não só da lei do País, mas também da «legitimidade tradicional». Acresce que o alargamento da abolição a todos os crimes, adiantando-se Portugal a todos os países ditos civilizados, teve também que ver com a tentativa consciente, por parte da burguesia portuguesa oitocentista, de inculcar e consolidar os seus valores liberais.

Alguns comentadores, sobretudo estrangeiros, têm sugerido que tais decisões teriam mais que ver com a «influência benigna» da igreja católica do que com qualquer espécie de tradição liberal. Na minha opinião e, atrevo-me a pensar, na da maioria dos observadores portugueses, tal afirmação é infirmada tanto pela evidência histórica como pela evidência comparativa, no que respeita quer ao passado repressivo da Igreja em Portugal, quer à sua «influência benigna» na vizinha Espanha, por exemplo... É minha convicção, precisamente, que o liberalismo português se difundiu e implantou tanto mais solidamente quanto a igreja católica tem sido comparativamente fraca no País, associada como tem estado quase sempre com a defesa dos privilégios sociais e dos sistemas políticos autoritários. Vários foram, aliás, os observadores estrangeiros que, ao longo dos séculos XIX e XX, ficaram admirados com o grau de indiferença religiosa da população, particularmente na cidade de Lisboa e, em geral, no Sul do País. Actualmente, a igreja católica portuguesa não reivindica mais de 27 % de praticantes (incluindo crianças a partir dos 7 anos) e a sua clientela, segundo as próprias estatísticas eclesiásticas, apresenta-se essencialmente rural, idosa e feminina, além de exprimir frequentemente opiniões incompatíveis com a doutrina com a qual supostamente se identifica.

Na verdade, investigações recentes sobre os finais do século XVIII e os começos do século XIX têm mostrado, de forma repetida, que as raízes sociais e económicas do liberalismo português haviam sido, até aqui, inadequadamente apreciadas. A ênfase posta até há pouco tempo no papel

da *intelligentsia* liberal omitia, se é que não ocultava, as relações e articulações que essa *intelligentsia* possuía, tanto na capital como na própria província, com camadas médias porventura mais numerosas do que supúnhamos até aqui. Embora seja verdade que a revolução liberal de 1820 pouco durou, estamos hoje melhor colocados para apreciar a força relativa da economia mercantil nos primórdios do século XIX, assim como a difusão da mobilização liberal, inclusivamente nos campos. Nem doutro modo se entenderia que a restauração absolutista, apesar do apoio que encontrou junto daquilo a que os Anglo-Saxões chamam *the mob*, nunca tenha conseguido consolidar-se no poder, hostil como foi às classes médias ascendentes.

Pelo contrário, é legítimo argumentar que a repressão contra as classes médias levada a cabo no final da década de 1820 pelas alçadas da «ditadura plebeia» de D. Miguel, para citar a definição de Oliveira Martins, apenas contribuiu para o isolamento do regime relativamente às principais forças económicas e sociais da época, tanto à escala nacional como internacional. Tal repressão dividia já o País segundo linhas de fractura que não eram inteiramente diversas das que se abriram cem anos mais tarde e ainda hoje atravessam de algum modo a sociedade portuguesa sob novas formas.

No início da década de 1830, os liberais conseguiram lançar, com apoio internacional, a sua segunda ofensiva — desta vez com êxito. Não é indispensável entrar aqui nos pormenores infundáveis daquela espécie de «guerra dentro da guerra» que se seguiu à vitória liberal de 1834. Bastará dizer que, mal o Antigo Regime fora derrotado e virtualmente abolido para a maior parte dos seus efeitos legais, a força e enraizamento do movimento liberal foram postos à prova, designadamente pela revolução radical de Setembro de 1836. O setembrismo é um indicador surpreendente do grau de desenvolvimento da burguesia nacional propriamente dita, enquanto categoria estrategicamente diversa da burguesia mercantil, e da sua capacidade para pôr em causa a dominação dos interesses mercantis e britânicos sobre a economia portuguesa. Acresce que o setembrismo renovou a tradição constitucional radical do vintismo, ao mesmo tempo que deu novo ímpeto a uma incômoda mistura de liberalismo político e protecçãoismo económico, a que voltarei mais adiante.

Golpes e contragolpes seguiram-se à Revolução de Setembro ao longo dos anos 40 até à revolta camponesa da Primavera de 1846 e à moderada guerra civil entre liberais de direita e de esquerda, digamos, para simplificar, entre conservadores e radicais, até ao Verão de 1847. A intervenção estrangeira foi de novo crucial para obter um acordo, o qual, embora globalmente favorável aos conservadores, salvaguardava a maior parte dos direitos políticos da esquerda. O acordo de 1847 foi seguido, como se dizia acima, pela abolição da pena de morte para actividades políticas enquanto gesto deliberadamente pacificador por parte das classes dirigentes.

E tanto é certo que o acordo de 1847 — a chamada Paz do Gramido — deixara a balança do poder razoavelmente aberta, que as mesmas classes dirigentes, aproveitando o *boom* económico vitoriano, começaram em princípios da década de 50 a construir um Estado liberal moderno sobre as ruínas da guerra civil e da luta ideológica. A franquia política foi deliberadamente alargada em 1852, de molde a incluir toda a classe média, assim como o campesinato abastado, e consolidando assim a base de

apoio do regime saído do golpe da Regeneração. Não democrático como claramente era e, por vezes, francamente antidemocrático no que dizia respeito à maioria da população trabalhadora, pode dizer-se, no entanto, que o Estado português da segunda metade do século XIX se guindou a padrões de liberalismo razoáveis para a época e, sobretudo, para os níveis de urbanização, industrialização e alfabetização do Portugal desse tempo.

Tais padrões razoavelmente liberais não excluíam, naturalmente, nem o clientelismo nem a manipulação eleitoral, segundo modalidades próximas daquilo a que Joaquín Costa viria a designar, décadas mais tarde, para a vizinha Espanha, por *oligarquia e caciquismo*. Todavia, é bom acrescentar que as críticas de Costa ao Estado liberal são não apenas uma faceta relativamente tardia do processo de modernização ibérico, mas também um ingrediente inequívoco da construção de uma alternativa autoritária, embora de tom populista, para a crise do liberalismo. Continua, no entanto, a ser verdade que, até finais do século XIX, em Portugal, os padrões liberais do Estado excluíam efectivamente o uso da violência e da repressão política generalizadas, garantindo condições de liberdade quase total aos segmentos franqueados da população.

A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO

Apesar das suas óbvias limitações e das suas crescentes dificuldades económicas e sociais, devidas ao processo, embora lento e hesitante, de industrialização e modernização, o Estado liberal português só entra na sua fase de declínio — o seu *ocaso*, para citar a imagem de Mosca — pelo final do século. Na verdade, só em 1907 se pode dizer que o País se afastou significativamente do sistema liberal, durante a curta ditadura de João Franco. Com Franco — aliás, um antigo maioral do Partido Regenerador, sem ligações prévias com o tradicionalismo antiliberal — assiste-se, até certo ponto, ao retorno de alguns dos temas autoritários da contra-revolução do princípio do século XIX, bem como das pretensões populistas apresentadas pelos miguelistas durante a agitação camponesa e a guerra civil dos anos 40.

Este tipo de associação ideológica, embora importante para o desenvolvimento futuro da retórica do autoritarismo português moderno, no mesmo sentido em que De Maistre e De Bonald foram importantes para o desenvolvimento do nacionalismo e da reacção autoritária em França no fim do século, pode revelar-se extremamente enganador, na medida em que tende a ocultar as origens recentes do autoritarismo moderno, cujas relações com a modernização e com a ascensão dos movimentos republicano e operário são, quanto a mim, bem mais importantes do que qualquer laço com um anterior tradicionalismo. Do ponto de vista social e económico, aquilo a que se assiste é à crescente dificuldade de compatibilizar o liberalismo político com o nacionalismo económico, como vinha sucedendo desde a grande crise do início dos anos 90.

Também não será acidental que João Franco tenha inaugurado em Portugal, apesar do alegado atraso do País, aquilo a que já se pode dar o nome de *mass politics*. Para ser exacto, Franco não fez mais do que aplicar à política nacional, global, o tipo de mobilização popular que os republicanos, assim como o nável movimento sindicalista, haviam desenvolvido ao nível sectorial — mais frequentemente em separado e em

competição do que juntos e em colaboração — desde o princípio do século. O apelo de João Franco aos industriais e aos operários, à revelia das organizações formais destes; as suas tentativas para utilizar os pequenos círculos operários católicos, criados muito mais à imagem dos «sindicatos amarelos» franceses do que, por exemplo, do movimento do Sillon; os seus ostensivos comícios públicos e apertos de mão na rua, totalmente desconhecidos até então na política portuguesa — todos estes traços apontam no sentido da emergência de um novo estilo na vida política, através do qual tais elementos da política moderna se tornam claramente populistas e, em boa verdade, instrumentais para a tentativa de reformar o Estado liberal numa direcção autoritária.

Contudo, a ditadura de Franco foi cerceada pelo assassinato do rei e do príncipe herdeiro em Fevereiro de 1908. Era este, com efeito, o primeiro assassinato político no País há mais de seis décadas. Independentemente das suas motivações e das suas implicações imediatas, o regicídio surge retrospectivamente como um indício claro do desmoronamento do liberalismo. Nesta altura assiste-se já à modelação de duas tradições políticas cada vez mais divergentes — a tradição liberal e a tradição autoritária. No curto prazo venceu ainda a primeira, na qual se insere a proclamação da República, que se seguiu, como o curso natural das coisas, ao assassinato de D. Carlos.

Porém, ao mesmo tempo que expandia significativamente a área da *mass politics*, não só em termos numéricos, mas sobretudo em termos de regiões e de questões abarcadas pela política — nomeadamente a *questão religiosa*, que fora, durante os últimos anos da Monarquia, um dos principais temas de propaganda e recrutamento para a bandeira republicana —, a República falhou a sua tentativa para restaurar o liberalismo anterior a 1907. Simultaneamente, os republicanos, uma vez no poder, traíram o seu compromisso de reformar o Estado numa direcção democrática, introduzindo o sufrágio universal e invertendo a tradição liberal de centralização política e administrativa.

A Primeira República portuguesa nasceu como um regime de crise e sobreviveu para se tornar uma espécie de paradigma do «estado de crise». Não posso entrar agora na vida intrincada do regime republicano, mas, se é legítimo fazer aqui uma comparação com a Segunda República, tem de ser dito à cabeça que, embora haja mais de um elemento de crise no cerne da proclamação da Segunda República (o contrário seria, aliás, surpreendente), esta não faltou à sua promessa de instaurar o sufrágio universal pleno e de democratizar genuinamente o sistema político. Talvez mesmo que este facto, por si só, explique a sua sobrevivência e a sua recente consolidação através de múltiplas consultas eleitorais altamente competitivas e participadas. Quando se olha para trás e se comparam a Primeira e a Segunda Repúblicas, uma pessoa dá-se conta de que, sete anos após 1974, a democracia portuguesa se apresenta em muito melhor forma do que o liberalismo se apresentava em 1917.

A PRIMEIRA DITADURA EUROPEIA MODERNA?

Com efeito, 1917 foi um ano de viragem na história do liberalismo português. Ou talvez se devesse dizer: um dos últimos passos para o colapso do Estado liberal, como aliás estava sucedendo então pela Europa

fora, em correlação, mais talvez do que numa relação de causa e efeito, com a primeira guerra mundial. O episódio sidonista de 1917-18 surge, efectivamente, como aquilo que julgo não errar chamando-lhe a primeira ditadura moderna da Europa. Numa resposta quase directa à Revolução Russa, no outro extremo da Europa, noutra espécie de «elo fraco da cadeia», Portugal assistiu, entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918, ao abandono virtual de quase todos os traços característicos do Estado liberal e à sua rápida substituição por uma ditadura populista e carismática.

Por um breve período, Sidónio Pais conseguiu unificar as formas multivariadas do descontentamento contra a política do liberalismo. Durante um instante precursor, tradicionalistas contra-revolucionários e sindicalistas revolucionários, republicanos nacionalistas e monárquicos conservadores, tecnocratas elitistas e católicos sociais — todos eles se uniram, sob o carisma de Sidónio, para isolarem a classe política liberal. Tanto a linguagem como várias das instituições rapidamente arquitectadas pela ditadura exibem claramente relentos pré-fascistas. E, se dou ao sidonismo o ambíguo estatuto de ditadura moderna — e primeira do género na Europa —, é precisamente por ela vir situar-se, não só cronologicamente, mas também quanto à sua natureza e funções, entre os arreganhos autoritários que toda a Europa meridional liberal conhecera esporadicamente antes da guerra e os regimes ditatoriais instalados duradouramente no pós-guerra.

Este episódio crucial está actualmente a ser estudado por vários investigadores e é melhor resistir à tentação de entrar aqui no seu exame pormenorizado, embora este não deixasse de ser útil. Bastará dizer, por ora, que, apesar do forte chamamento pessoal exercido por Sidónio sobre *as massas* — no sentido de Ortega y Gasset, que talvez não seja tão diferente, ao fim e ao cabo, do sentido que lhes dava também Lenine —, a aliança de classes entre os trabalhadores organizados e o regime foi de curta duração. O carisma de Sidónio reveste-se, aliás, de interesse tanto maior quanto parece mais relacionado com a *situação* que então se vivia do que com o próprio *homem*, que iniciara a sua carreira como liberal, franco-mação, universitário e político profissional, tendo exercido vários cargos ministeriais nos primeiros governos republicanos.

A classe operária organizada, isto é, fundamentalmente os dirigentes e activistas sindicalistas e anarquistas da União Operária Nacional, embora lhe tenham sido oferecidos três lugares numa espécie de «câmara corporativa» instaurada pelo novo regime, recusou participar em tal órgão — diversamente, aliás, do que sucederia com os socialistas espanhóis quando uma oferta similar lhes foi feita por Primo de Rivera (pai), alguns anos mais tarde. Uma vez quebrada a aliança entre os trabalhadores organizados e o regime — ruptura que se ficou a dever mais, quanto a mim, às difíceis condições sociais e económicas da guerra do que a motivos puramente ideológicos —, o regime sidonista evoluiu rapidamente para a direita, isto é, para a direita autoritária moderna: nacionalista, corporativista e repressiva. Contudo, devido às relações carismáticas entre o líder e as massas, e na ausência de um aparelho institucional completo e coerente, o regime não sobreviveu ao assassinato de Sidónio, algumas semanas depois do fim da guerra. Pode acrescentar-se que tudo leva a crer que a institucionalização do regime, e designadamente a sua constitucionalização, foi evitada ou atrasada pela relutância de Sidónio e muitos dos seus apoiantes republicanos em romperem decididamente com a tolerância

política e lançarem-se sem hesitação na repressão aberta e sistemática. Depois do assassinato de Sidónio, durante os primeiros meses de 1919, Portugal encontrou-se de novo envolvido numa moderada guerra civil entre republicanos e monárquicos; mais uma vez, os primeiros levaram a melhor.

Embora as coisas fossem ao tempo vistas desse modo, seria no entanto errado, retrospectivamente, associar de forma simples os republicanos com o liberalismo e os monárquicos com o autoritarismo. Na verdade, o aspecto importante a sublinhar a respeito da evolução da crise do liberalismo português no início da década de 20 do nosso século é, justamente, o das modalidades, frequentemente sinuosas, segundo as quais segmentos conservadores do republicanismo, incluindo a maior parte do *establishment* sidonista, acabaram por se unir às várias espécies de monárquicos autoritários, designadamente os seguidores portugueses da Action Française, os chamados integralistas. Este último passo não deve surpreender-nos, pois o movimento republicano ganhara todo o seu ímpeto nas últimas décadas do século XIX, ao encarnar precisamente as aspirações do nacionalismo e ao fundir-se com a reacção contra a chamada «deca-dência nacional», pela qual a Monarquia começou a ser culpada por muitos depois do Ultimato britânico de Janeiro de 1890.

O «AUTORITARISMO MODERADO» DO ESTADO NOVO

O nacionalismo parece, pois, ter sido o grito final de unificação do movimento autoritário português, assim como o corporativismo foi a sua panaceia (*blueprint*). O próprio fracasso da chefia carismática de Sidónio explica, talvez sem paradoxo, a moderação aparente e o zelo burocrático demonstrados por Salazar na construção do Estado autoritário nos finais da década de 20 e ao longo da década seguinte. Seria enganador, todavia, crer que o empenhamento do Estado Novo em se apresentar como *État de droit*, por oposição ao Estado totalitário esporadicamente reivindicado por Mussolini, se deve às peculiaridades dos novos dirigentes do autoritarismo português ou ao seu passado católico.

Com efeito, a minha própria pesquisa recente sobre as posições da Grã-Bretanha relativamente ao advento do autoritarismo em Portugal mostra claramente que, de 1928 a 1931 e daí em diante, Salazar chefiou em pessoa a tendência, apoiada sobretudo por monárquicos e católicos, contra as tentativas de regresso ao liberalismo feitas por muitos dos militares republicanos que haviam imposto a ditadura em Maio de 1926. A desmilitarização da ditadura nos últimos anos da década de 20 corresponde, pois, sem margem para dúvidas, à sua consolidação autoritária. Tal orientação, repito, foi indiscutivelmente desejada e dirigida por Salazar em pessoa. Para tanto, como ressalta também de documentos recentemente publicados, Salazar apoiou-se num grupo a que o Foreign Office dava o nome de «*politically minded young officers*», isto é, as patentes médias e baixas do Exército endoutrinadas pelo que podemos designar por «integralismo difuso», o qual permeou todo o movimento autoritário pós-sidonista e veio a constituir, a meu ver, o cerne ideológico do Estado Novo.

Quanto a mim, pois, a aparente moderação posta na coreografia e na retórica do Estado Novo, bem como a sua tolerância para com muitos dos

símbolos e práticas da Primeira República — desde a bandeira e o hino até à lei do divórcio —, mostram, sim, a força relativa das classes médias tradicionais, que inicialmente apoiaram a ditadura militar e se viram, com o advento de Salazar, afastadas do poder político, embora continuassem naturalmente a controlar certo poder económico, bem como muita influência social. Prova disto é o número muito elevado de membros das Forças Armadas que, ao longo do tempo, foram retirando o seu apoio inicial à ditadura: os generais Delgado, Costa Gomes e Spínola são apenas alguns casos recentes mais conhecidos.

Referi-me anteriormente ao facto de o regime autoritário ter conhecido a sua primeira grande crise de legitimação em 1958. A partir de então, as tendências liberais de segmentos significativos das classes médias, já dominantes no seio dos opositores activos à ditadura, estenderam-se também ao conjunto da sociedade. Só assim se entende, creio, o aparecimento, se não a promoção, de condições favoráveis à convergência, por assim dizer, entre capital e trabalho no sentido de uma reforma liberal do sistema político, tal como sucedeu com o advento de Marcelo Caetano no final da década de 60.

A nossa rápida viagem em redor da história política portuguesa dos últimos cento e cinquenta anos, mais ou menos, chega agora ao seu termo. Espero ter sido capaz de lhe emprestar algum sentido, ao mostrar a relativa importância e consistência da tradição liberal portuguesa, assim como as suas raízes sociais e até económicas. Por outro lado, não oculte a relevância da tradição autoritária. O peso e a inserção histórica (*scale and timing*) de ambas as tradições estão claramente patentes numa cultura política conflitual, por oposição a uma cultura política consensual, como aquela que caracteriza indubitavelmente a política portuguesa de hoje. Todavia, esta cultura política conflitual está longe de ser única na própria Europa ocidental. Aliás, as mais recentes consultas eleitorais parecem ter vindo a atenuar essa «conflitualidade», pelo menos no que respeita à polarização regional do voto.

Finalmente, tentei mostrar que a fase de expansão da tradição autoritária — directamente ligada, como estava, às dificuldades que o Estado liberal tradicional, construído em meados do século XIX e fundamentalmente inalterado, vinha experimentando ao tempo da primeira guerra mundial — chegara ao seu termo no rescaldo da segunda guerra mundial. Às tendências internacionais favoráveis, na Europa, ao regresso ao liberalismo contrapuseram-se, contudo, os desenvolvimentos da «guerra fria», cujo impacte era já visível nas dificuldades da oposição democrática em unir as suas forças contra a ditadura durante as campanhas eleitorais que o regime foi obrigado a permitir a partir de finais da década de 40. Porém, a combinação das tendências para a democratização política da Europa ocidental com o crescimento económico e as transformações sociais dos anos 60 em Portugal, como atrás mencionei, acabou por levar o regime autoritário à sua crise final.

A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

Presentemente, com o golpe de 25 de Abril, o País enfrenta uma situação totalmente diversa daquela que presidiu ao colapso do Estado liberal. Enquanto, nos anos 20, uma solução democrática para as limita-

ções do velho Estado liberal era contrariada, não só pelas tendências políticas da altura, como ainda pelo facto de, num país que contava 70 % ou mais de analfabetos, o sufrágio universal apenas poder levar, como efectivamente levou em 1918, sob Sidónio Pais, a uma espécie de populismo plebiscitário, em 1975, quando Portugal conheceu as suas primeiras eleições democráticas de sempre, a taxa de analfabetismo, embora ainda muito alta para os padrões europeus, descera para 25 % e dizia essencialmente respeito à população idosa dos campos, a indústria tornara-se o principal sector económico do País e perto de 50 % do eleitorado passara a viver em aglomerações urbanas de mais de 10 000 habitantes. Trata-se, pois, de um país estruturalmente diverso este que é agora habitado pelas tradições autoritária e liberal, aliás atravessadas hoje, mais do que ontem, por contratendências conservadoras e progressistas no seio de cada uma delas.

Acresce que, devido aos altos e baixos do processo revolucionário consecutivo ao golpe, as eleições, enquanto acto crucial de legitimação do regime democrático pelo sufrágio universal, se tornaram, por assim dizer, uma «conquista» dos sectores moderados e «silenciosos» da sociedade, por contraste com os sectores radicais e militantes. Até aqui, as eleições constituíam habitualmente uma reivindicação das esquerdas, em Portugal como em todos os regimes conservadores autoritários. Porém, a revolução de 1974-75 inverteu essa tendência. Com efeito, a fim de resistir à viragem à esquerda provocada pelos acontecimentos consecutivos à queda da ditadura, o eleitorado mobilizou-se activamente para o voto e, ao votar maciçamente em cada consulta eleitoral, tanto a esquerda *como a direita*, esta última talvez mais ainda do que a primeira, contribuíram para legitimar e consolidar o novo regime.

As perturbações e dificuldades económicas, embora reais e graves, não me parecem ter sido cruciais nos sucessivos resultados eleitorais. Globalmente, tais resultados parecem reflectir de forma adequada a evolução política do eleitorado, mostrando de maneira clara, retrospectivamente, que o apoio maciço inicialmente dado ao Partido Socialista era fundamentalmente tático e, em boa verdade, um voto contra o tipo de «socialismo» em que o País parecia ter embarcado em 1974-75; por outras palavras ainda, um voto a favor do pluralismo político e de uma economia mista compatível com a iniciativa privada. Ainda quanto ao comportamento eleitoral, embora a tolerância esteja longe de ser a mais saliente característica da cultura política portuguesa, é interessante mencionar o facto, virtualmente desconhecido na Europa ocidental (até à eleição do presidente Mitterrand, em França, posterior à apresentação desta palestra), de o apoio explícito do Partido Comunista não ter impedido o Presidente Eanes de ser reeleito em 1980 com uma maioria confortável.

A terminar, gostaria de sublinhar que a revolução de 1974, ao forçar as classes médias urbanas a mobilizar, virtualmente pela primeira vez na história portuguesa, o campesinato do Norte contra as forças da esquerda, contribuiu também para alargar as bases do regime democrático a todas as secções da sociedade. Na verdade, penso que se pode afirmar que a participação maciça e consistente do campesinato português — que representa ainda entre um quinto e um quarto da população — em todas as eleições que se realizaram desde 1975 fez mais do que qualquer facto passado para integrar esta última secção da sociedade portuguesa na comunidade nacional. Pedindo de empréstimo a Eugen Weber a sua

expressão a propósito do campesinato francês durante a primeira guerra mundial, eu afirmaria que a revolução de 1974 e a institucionalização da democracia acabaram por transformar os camponeses em cidadãos portugueses.

UMA CONCLUSÃO

Dou-me conta de ter desenhado, muito provavelmente, um quadro demasiado optimista da Segunda República portuguesa e do enraizamento da sua presente imagem liberal e democrática. Dir-se-á que não passa de um voto piedoso (*wishful thinking*), mas deixai-me acrescentar, à guisa de conclusão, que todas as profecias políticas são, em parte, profecias que se realizam a si próprias (*self-fulfilling prophecies*). É esta, pelo menos, a minha leitura da história recente do liberalismo português. É esta a lição que tiro, pela parte que me toca, da rendição dos intelectuais da classe média dos anos 20 perante as tentações do elitismo e do autoritarismo, fossem quais fossem as vestes populistas com que se enroupavam. Embora a Segunda República portuguesa já tenha vencido e continue a vencer diariamente vaticínios pessimistas sem conto, um vaticínio optimista não lhe pode fazer mal algum.

Março de 1981; revisto em Novembro de 1982.